

VIOLÊNCIA RACIAL – UMA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Nara Côrtes Andrade e Yunna-Warã Bamberg*

Resumo: *A violência racial, em especial o racismo, tem conseqüências psíquicas tanto para quem é vítima da discriminação quanto para quem discrimina. A interiorização das atitudes e os comportamentos sociais desenvolvidos num contexto marcado por relações raciais conflituosas deixam marcas invisíveis que interferem nos processos de identificação individual e na construção da identidade coletiva do negro. O desenvolvimento desse sujeito, de sua subjetividade e identidade, é marcado por vivências sistemáticas de discriminação e ofensa em relação a suas características étnicas. Essa experiência, por sua vez, pode gerar uma série de questões identificatórias a partir das quais o sujeito não pode reconhecer a si próprio de forma serena e não conflituosa, produzindo tanto o sofrimento quanto constrangimento à expressão subjetiva. Esses conflitos resultam em sofrimento psicológico intenso, que pode chegar a gerar quadros clínicos. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, há uma firme associação entre as experiências de racismo e o maior risco de manifestação ou agravamento de problemas mentais. Para que haja uma mudança efetiva na condição do negro, é necessário não apenas consciência dessa condição, engajamento em relação às lutas contra discriminação, mas também a elaboração dos sentidos do racismo inscritos na psique, pois é necessário, para que o superemos, o enfrentamento das dimensões subjetivas que o constituem e o sustentam. A partir dessa reflexão, buscaremos, discutir sobre o que a psicologia vem produzindo sobre essa temática, com atenção especial para as reflexões sobre as conseqüências psicológicas da violência racial.*

Palavras-Chave: Violência racial; Psicologia; Subjetividade.

Não existe um só país para qual os negros tenham sido transladados pela força como mão de obra escrava, que lhes ofereça hoje condições sociais e econômicas que sejam minimamente aceitáveis.

Nelson Mandela (In: SILVA, 2001, p. 5)

O viés "racial" das desigualdades sociais não constitui uma mera reprodução de desvantagens históricas; o desfavorecimento dos grupos não-brancos continua embutido nas relações sociais (COSTA, 2002). As principais responsáveis pelo sustentamento da desigualdade social, econômica e política são as relações racistas, marcadas pela violência tanto física quanto simbólica. Dessa maneira, há perpetuação de um modo de desenvolvimento de herança escravocrata que caracterizou nossa sociedade.

Os europeus desembarcam pela primeira vez na costa africana em meados do século XV. É nesse período, também, que há a descoberta da América. Para que a ocupação da América se efetivasse, havia uma demanda dos colonizadores por mão-de-obra barata. Apesar de possuírem organizações políticas bastante complexas, os estados africanos tinham um desenvolvimento técnico (incluindo a tecnologia de guerra) menos acentuado, constituindo-se, assim, para os europeus, num reservatório humano de trabalhadores que oferecia um mínimo de gastos e riscos. As transações econômicas – somadas à ignorância dos europeus em relação à história desses povos, às

* Acadêmicas do curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. E-mail: n_a_r_a@hotmail.com; yunna.bamberg@ig.com.br. Orientador: Marcus Vinicus de Oliveira Silva, psicólogo, professor doutor do Departamento de Psicologia da FFCH/UFBA, ex-presidente do CFP, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.



diferenças culturais e ao acentuado preconceito em relação aos negros – fizeram com que o europeu construísse uma imagem completamente desfigurada das aptidões intelectuais e da personalidade do negro, especialmente no que se refere à questão moral. O negro, então, era percebido e colocado como ser primitivo, inferior e dotado de uma mentalidade pré-lógica. As sociedades africanas, dominadas, escravizadas e violentadas, são condenadas a uma função instrumental. As colônias européias – em especial o Brasil – serão, então, seccionadas de modo maniqueísta: uma minoria branca, que tinha todas as vantagens, protegida por uma barreira topográfica de bairros segregados (mantidos até hoje) de uma maioria negra e indígena.

Justificando sua conduta, o colonizador cria um discurso legitimador, baseado numa argumentação pseudo-científica, segundo a qual toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado é interpretada como situação de superioridade e inferioridade. O processo colonizador é apresentado, então, como uma missão, um dever da sociedade ocidental, o de elevar os africanos ao nível dos homens civilizados europeus. Tomam-se como axiomas indiscutíveis uma superioridade dos brancos, dogmaticamente confirmada, e uma inferioridade congênita dos negros. Outra teoria adotada pelos europeus foi a criada na Grécia, quando em contato com as populações negras da África do Norte. Segundo essa teoria, os climas temperados favorecem o desenvolvimento das civilizações, enquanto os de temperatura extrema (baixa ou alta) tornam o homem bárbaro. Constitui-se, assim, a visão de uma África negra habitada por semi-homens, semi-animais, enfim, monstros. Outras condições ambientais, como a alimentação, a água e o solo, surgiram também para tentar explicar esse “desvio da norma”, esse “caso de doença” – como eram muitas vezes concebidos os negros. Houve também uma explicação religiosa, segundo a qual os negros seriam descendentes de Caim (filho de Noé), que desrespeitou o pai e foi por ele amaldiçoado. A simbologia européia de cores – em que o branco representa a pureza, a vida, e o preto a morte, a corrupção, o mal – possibilitou reafirmar o preto como representação do pecado e da maldição divina. Restava, então, como única opção para “salvar” esse povo primitivo, pecador e corrupto, a escravidão.

No século XVIII, com os iluministas, continuam presentes concepções sobre a inferioridade negra. Ao elaborar um conceito de progresso, eles colocam o negro, o selvagem, em uma posição que sequer se encontra dentro do circuito histórico de desenvolvimento. Segundo Munganga (1988), temas como sexualidade, nudez, feiúra, preguiça e indolência são recorrentes na descrição científica do negro, nessa época.¹ No século seguinte e no início do séc. XX, a ciência não mudou muito suas concepções, continuando a produzir discursos a respeito da suposta inferioridade negra.

No Brasil, nesse período, continua-se com a tradicional tentativa de explicação científica para a posição imposta ao negro dentro da sociedade. Segundo Costa (2002), até o início do século XX², o diagnóstico hegemônico se direcionava para a conclusão a respeito da inferioridade, de fundo biológico, de negros e mestiços, enquanto os prognósticos variavam de uma avaliação pessimista das possibilidades de construir, sobre tal base humana, uma nação progressista nos trópicos, como é o caso de Nina Rodrigues, até à expectativa positiva de que a miscigenação levaria ao embranquecimento – no sentido cromático e genético – paulatino da população, como argumenta Oliveira Vianna, dentre outros autores. Ou seja, há uma tentativa de grande parte dos teóricos dessa época em justificar o suposto atraso brasileiro a partir, fundamentalmente, do axioma da inferioridade de algumas das raças que constituem o país – a negra, de forma mais intensa, e a indígena. É o caso de autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha³. Posteriormente, formula-se uma outra proposta de entendimento do Brasil e de sua identidade, o mito da democracia racial. Essa forma de compreensão da sociedade brasileira foi sistematizada por

¹ Para visualizar algumas teorias referentes a esse período e a outros, vide Munganga (1988).

² Sobre o Brasil do final do século XIX e início do século XX, vide Schwarch (1993).

³ Vide Ortiz.



Gilberto Freyre⁴, segundo o qual, no Brasil, haveria "a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes antagônicas, de cultura" (FREYRE, In: BERNARDINO, 2002), personificada na figura do mulato. Essa perspectiva não deixa de colaborar com as práticas de exclusão, passando-se da inferioridade da raça negra para a competência (ou falta dela) do indivíduo negro inserido na sociedade, isentando-a de qualquer responsabilidade. É importante salientar que o mito da democracia racial, o mito da não existência da discriminação, do racismo, enfim da violência relacionada à questão étnico-racial, vai configurar um contexto singular e estruturar uma forma de violência racial própria no Brasil. Segundo Nelson Rodrigues (In: FERREIRA, 2000, p.5), "[...] não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos EUA. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite".

A teorização da inferioridade racial ajudou, na colonização, a justificar e encobrir os objetivos econômicos e imperialistas dos europeus, assim como a teoria da democracia racial brasileira ajuda a esconder os privilégios de um grupo social, os brancos, mantidos por relações racistas e discriminatórias. Mas a desvalorização do negro não se limita às teorizações. A sociedade atual, assim como a colonial, vive permanentemente uma situação de violência, baseada na relação dicotômica entre força dominante e dominados. Para sustentar esse violento equilíbrio, recorre-se especialmente aos preconceitos e estereótipos, mantidos e criados por uma rede discursiva.

Diante de tal contexto sócio-histórico, a psicologia brasileira pouco voltou seu olhar para a questão étnica, pois tal temática vem ocupando um espaço extremamente reduzido nas pesquisas e publicações efetivadas no âmbito dessa disciplina. Indício dessa lacuna é o exame feito por Ricardo Franklin Ferreira (2000, p.56), PUC-SP: de 4.911 trabalhos (3862 artigos, 656 dissertações e 393 teses) publicados entre 1987 e 1997, apenas 12 deles incluíam, de alguma forma, a questão dos afro-descendentes. Seguramente, a questão indígena não apresenta números mais animadores. Esses dados vêm demonstrar uma extrema alienação por parte da Psicologia no Brasil em relação à cena sociocultural em que se encontra inserida.

Podemos, inclusive, formular a hipótese de que a Psicologia brasileira vem, durante todos esses anos, colocando-se de forma omissa em relação àquilo que se constitui no obstáculo epistemológico para o estudo das relações raciais no Brasil - mais especificamente da discriminação, do preconceito, enfim de tudo que se configura como violência - o mito da democracia racial. Como foi exposto, é Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, que vai divulgar e canonizar a idéia de um Brasil que é ponto de equilíbrio das diferenças culturais e integrador das várias etnias, enfim de uma brasilidade mestiça. Ao afirmar a importância de todas as raças, essa teoria oculta o tema da discriminação racial e não reconhece sua presença dentro do nosso país. Ou seja, o mito da democracia racial, que é sustentado no imaginário nacional até os dias atuais, forma um olhar que desconstitui o objeto e interfere na visibilidade do fenômeno. É preciso, entretanto, reconhecer que há, no Brasil, não só uma situação que nega completamente a democracia racial, como também um acentuado preconceito em relação às raças e às culturas não hegemônicas, sendo o não reconhecimento do racismo parte fundamental e estrutural da estratégia de discriminação racial brasileira. Segundo o PNAD- 1990, aos 10 anos de idade, uma, em cada 3 pessoas negras ou pardas, não sabe ler nem escrever; em termos de rendimento salarial, o rendimento médio dos brancos é mais do que o dobro do que o dos pardos (100 dólares) ou negros (87 dólares). E o maior índice de subemprego e desemprego ocorre entre negros. Segundo os indicadores de pesquisas mais recentes do PNAD- 2001, a situação não se alterou de forma significativa - 75,5% dos analfabetos funcionais, com quinze anos ou mais e entre os 10% de população mais pobres do país, 67,3% são pretos ou pardos. Já dentre os 1% mais ricos, 87,2% é branco.

⁴ O pensamento Freiriano aqui exposto é a perspectiva enfocada pela maioria dos autores. Vale ressaltar que esse autor apresenta grande complexidade, além de diversas fases em seu pensamento. Vide Souza (2003).



É dentro desse contexto de negação que se acentuam questões tão gritantes, fazendo-se necessário não só o reconhecimento de tais circunstâncias, como um real investimento por parte de todas as ciências humanas neste país e em todos aqueles em que se verifica desigualdade e discriminação racial, no sentido de conhecer e transformar tal realidade. Todos os olhares, com suas diferentes perspectivas, são necessários para dar conta de fenômenos tão complexos e tão prejudiciais à sociedade como todo, às suas dinâmicas e aos indivíduos inseridos no coletivo social.

O termo raça já foi tema de muito debate e de muita contradição. Após 1945, a UNESCO e algumas outras organizações das Nações Unidas encarregaram os biólogos e depois os cientistas sociais da tarefa de dar um significado exato ao termo raça. Os biólogos concluíram que a espécie humana provinha de uma única origem e que as chamadas raças humanas eram apenas grupos distinguíveis estatisticamente de acordo com determinadas características biológicas comuns, não estando as características físicas relacionadas às psicológicas e não podendo, portanto, o tratamento desigual justificar-se por essa via, pois o conceito de raça é irrelevante para explicar as diferenças políticas e sociais dos grupos humanos. A sociologia (REX, 1998) respondeu de três diferentes formas à questão da relação entre raça e racismo. A primeira foi colocar todos os problemas chamados de problemas raciais dentro da categoria de problemas étnicos, excluindo, assim, o termo racial; a segunda foi reconhecer que as diferenças físicas existiam e atuavam como indicadores para a distribuição desigual de direitos. Mas negou a aplicação do termo raça com qualquer significado justificativo, não tratando, entretanto, as maneiras como, em diferentes situações, a diferença fenotípica era tratada; a terceira, que é a adotada no presente trabalho, é a de usar o termo relações raciais para designar relações marcadas pelo racismo.

Apesar de existirem diversas formas de violência relacionada à questão racial, como a violência física, a exclusão social, dentre outras, o preconceito e a discriminação são, sem dúvida, os mais citadas na literatura, sendo predominante em todas as referências bibliográficas adotadas no presente trabalho. Isso ocorre provavelmente pelo fato de esses mecanismos serem estruturantes e servirem de base para os demais, com formas diversas de manifestação e introjeção nos sujeitos. Ana Célia da Silva (1995) destaca a discriminação do negro nos livros didáticos; outros autores, como Munganga (1998), Reis Filho (2000) e Ferreira (2002) também citam o papel da educação na formação e perpetuação do racismo. Segundo Martins (1998, p.11), "... preconceito é uma apropriação distorcida da realidade, produzida sociohistórica e subjetivamente nas múltiplas e complexas relações entre os homens". Essa apropriação não está baseada em princípios reais, mas na configuração de uma relação na qual o sujeito e o "objeto" dessa relação estão dissociados, e as determinações do sujeito frente ao outro são unilaterais, autoritárias e não passíveis de transformação. Segundo Isildinha Nogueira (2002, p.152), é essencial para o estudo e a compreensão das relações raciais a diferenciação entre preconceito, discriminação e racismo. Essa autora afirma que discriminação é o que exclui, enquanto o preconceito atravessa os limites da diversidade. Já o "racismo é a expressão violenta da diferença, que parte da desconstrução e, portanto, da eliminação do outro, baseado na suposta inferioridade de certas etnias" (NOGUEIRA, 2002, p.153), ou seja, é a expressão violenta do preconceito.

O racismo brasileiro tem suas peculiaridades dentre as quais se destaca o fato de o preconceito se constituir como incômodo, interdito, algo que não deve ser falado e que é considerado como um problema, um "atributo" do outro. São diversas as pesquisas que confirmam essa proposição. Uma pesquisa realizada pela Datafolha (In: FERREIRA, 2002, p.144), em 1995, aponta que 89% dos brasileiros afirmam existir preconceito, mas apenas 10% o afirmam como seu. Os resultados de Lília Schwarcz (In: FERREIRA, 2002, p.144) colocam que 97% das pessoas entrevistadas afirmam não ter preconceito, mas 98% dos entrevistados dizem ter amigos ou parentes próximos que têm. Camino (2002, p.200) e colaboradores, num trabalho realizado em 2001, com estudantes universitários na Paraíba, afirmam que há um sentimento praticamente unânime de que existe preconceito no Brasil - 98% dos estudantes declaram que há preconceito no Brasil, porém



84% dos entrevistados dizem não se considerar preconceituosos. Outra característica muito marcante e até mesmo estruturante do racismo brasileiro é a importância e o significado atribuídos à miscigenação. A ela foi atribuída a missão política de melhorar o país, dando-lhe condições para o desenvolvimento do processo civilizatório, pois dela dependeria o processo de homogeneização biológica que possibilitaria a construção da identidade nacional. Aí estão as bases para o que se chama a ideologia do branqueamento. Com base nas teorias sociais evolucionistas, afirma-se que do processo de miscigenação nasceria uma nova raça brasileira, mais branca, mais clara, mais arianizada, enfim, segundo as proposições colocadas por diversos autores brasileiros do fim do século XIX e início do século XX, melhor. Salienta-se que o branqueamento, no Brasil, não se restringiu à ideologia: ele foi praticado inclusive como política pública pelo governo, através do incentivo à imigração europeia. Apesar de o problema do branqueamento ser abordado nas últimas décadas como um problema exclusivo do negro, é inventado e mantido pela elite. Vale ressaltar que a ideologia do branqueamento sofreu importantes modificações quanto à função e ao sentido no imaginário social. Atualmente, “[...] é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva” (CARONE, 2002, p.17). Tais conseqüências podem ser exemplificadas por pesquisas como a realizada por Carone (2002, p.18). Foram entrevistadas 17 pessoas negras de 20 a 55 anos, utilizando-se de um roteiro de tema. Segundo as análises, os sujeitos percebiam territórios sociais bem demarcados no que se refere a negros e brancos, o que se dava, sobretudo, por experiências derivadas de episódios discriminatórios. Além disso, apresentaram dificuldades na definição de sua identidade étnica, através da “vergonha” da sua aparência e da preferência por relacionamentos afetivos com brancos.

Para alcançar a inteligibilidade psicológica desse fenômeno, deve-se levar em consideração também o sujeito preconceituoso. Segundo Bento (2002, p.28), o investimento em construir um imaginário negativo acerca do negro pode ter origem em processos sociais e psicológicos que extrapolam o preconceito, dentre eles o desejo de manter o próprio privilégio, salientando que o ideal de branqueamento nasce do medo da elite branca brasileira do final do século XIX diante de um país “ameaçador” majoritariamente não-branco. A autora comenta ainda que o silêncio e a omissão ante a violência e as desigualdades raciais no Brasil têm também um forte componente de autopreservação e narcisismo, pois esses processos estão acompanhados da colocação do grupo branco como grupo de referência da condição humana. “Ser branco [...] é não ter que pensar sobre isso [...] o significado de ser branco é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude.” (entrevistada de Edith Piza (1998), in: Bento, 2002, p.31). Outro aspecto colocado se refere ao processo de projeção patológica que existe dentro do contexto das relações raciais, de transferência dos impulsos socialmente condenáveis do si-mesmos para o outro. Ou seja, o que “existe [é] uma forma de construção do Outro a partir de si mesmo, é uma forma de paranóia que traz em sua gênese o medo. O medo do diferente [...]” (BENTO, 2002, p.31).

Como vimos a violência racial tem conseqüências psíquicas tanto para quem é vítima da discriminação quanto para quem discrimina. Para Carone (2002, p.22), os brancos também apresentam conseqüências psíquicas do racismo – medos paranóicos, pulsões negadas e projetadas para fora, racismos inconfessos, dentre outras. A interiorização das atitudes e os comportamentos sociais desenvolvidos nesse contexto deixam marcas invisíveis no imaginário e nas representações coletivas, interferindo nos processos de identificação individual e construção da identidade coletiva do negro. Segundo Silva (2002, p.181), duas questões históricas têm significativas conseqüências na construção da subjetividade negra. A dificuldade de constituir, como coletividade negra, uma identidade social que tem sua origem histórica na escravidão. Essa autora chama a atenção para uma outra dificuldade, a do negro se constituir como indivíduo na sociedade como um todo. Segundo ela, isso está relacionado ao período pós-abolicionista, em que, apesar do reconhecimento dos negros como cidadãos no plano jurídico, isso não aconteceu efetivamente para os negros e negras

deste país no plano socioeconômico, pois eles não se constituíram como indivíduos, na medida em que não foram inseridos na sociedade econômica como um todo. A não possibilidade de o sujeito se pensar como sujeito detentor de uma identidade própria talvez seja uma das facetas mais cruéis da violência relacionada à questão racial. O lugar de não-sujeito, de objetificação e de instrumentalização é doloroso, e, como descrevemos acima, pode levar a uma busca por um ideal branco, um processo de embranquecimento e a negação de sua própria negritude. Segundo os teóricos dos estudos culturais (BRUSCHI e GUARESCHI, 2003, p.38), significação, identidade e poder são aspectos que não podem ser compreendidos isoladamente e que possuem uma intensa interpelação. A cultura, como domínio simbólico na produção de significação, constitui visões de mundo e posições de sujeito no mundo. Ou seja, as práticas culturais são constituidoras de identidades e subjetividades. Ao mesmo tempo, as identidades e subjetividades são indissociáveis dos processos de significação que constituem tais práticas. Eles ressaltam ainda que as práticas de significação são produzidas em locais históricos específicos e que as identidades emergem no interior de relações de poder. O processo de construção de identidades está intimamente relacionado com o outro e se dá em uma rede discursiva. Lacan (In: CHNAIDERMAN, p.53) afirma que a constituição do sujeito psíquico se dá através do outro e, para que ocorra o reconhecimento do eu como imagem, torna-se necessária uma imersão em uma estrutura simbólica. As identidades, para Hall (1997, In: BRUSCHI e GUARESCHI, 2003, p.131), são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais fornecem, ou que nós subjetivamos, e, apesar de existir uma tendência a naturalizar e fixar as identidades sociais, elas são fluídas e estão em incessante processo de construção.

Há uma dimensão angustiante sobre o olhar e o ser olhado. O ato de ver está a serviço de um controle e de uma discriminação (MEZAN, In: ARAÚJO, 2001). E é nessa discriminação que o imaginário pode, mais uma vez, fazer aqui sua aparição, uma vez que o olhar dirigido pode vir carregado de significados pejorativos e de exclusão, hostilidades e estigmas. É importante ressaltar que ela envolve um processo intenso de humilhação social, essa por sua vez geradora de profundo sofrimento. Araújo (2001) resalta o peso da humilhação na formação da identidade e da subjetividade, pois “[...] provocar a humilhação pública significa fazer com que o sujeito diminua sua auto-estima e perca a confiança na integridade de sua auto-integridade”. As ameaças do racismo provocam uma perturbação cotidiana no sujeito negro: “... mesmo que se acredite que as ameaças não se cumprirão, isso não faz com que desapareça o pavor de viver a humilhação, pois seu corpo carrega o significado do execrável, que incita e justifica a violência racial.” (SILVA, 2002, p.183).

Segundo Nogueira (2002, p.157), o negro vive um *apartheid*⁵ individual no limite da loucura, da perda de si mesmo. “Quando nos perdemos, estamos à mercê do outro, o outro nos coloca no lugar que entende que devemos ocupar, ser negro é anular o próprio corpo” (NOGUEIRA, 2002, p.157), é negar veementemente aquilo que nos ajudaria a nos tornarmos sujeito. O negro, ao repudiar a sua cor, acaba por repudiar radicalmente o seu corpo, estabelecendo, segundo Costa (1984, p.107), uma relação persecutória entre o indivíduo e seu corpo. É necessário, para que o sujeito crie uma estrutura psíquica predominantemente harmoniosa, que o corpo seja pensado e vivido como fonte de vida, de prazer. As situações de dor precisam ser colocadas no ambiente externo, ao acaso, ou serem “esquecidas”, para que o indivíduo cuide e ame o seu corpo. O corpo dos sujeitos negros pode vir a se tornar fonte de sofrimento, tornando-se, assim, “um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor.” (COSTA, 1984, p.107). Essa relação persecutória provoca uma tensão mental extrema.

Vale ressaltar que o negro não se põe unicamente numa posição passiva, colocando-se como agente da construção da sua própria identidade e subjetividade. Nos últimos anos, vem se intensificando o processo de construção subjetiva e coletiva da identidade e do corpo negro como algo positivo, visualizado principalmente através dos movimentos sociais organizados. Os sujeitos,

⁵ Grifo das autoras.



suas identidades e subjetividades são produções históricas na relação dialética com a realidade. Ou seja, são determinados pelo contexto sociohistórico e cultural como determinantes, pois o sujeito é ativo quer na construção desse contexto quer na sua apropriação. Segundo a psicologia sociohistórica, a partir de Vigotsky, os fenômenos psicológicos são vistos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo, ou seja, o plano intersubjetivo das relações, durante o processo de desenvolvimento do indivíduo, é convertido em um plano intra-subjetivo. O sujeito se constitui na relação, mas não é constituído pelo outro apenas. Além de significar, o sujeito vivencia, experimenta, age e, nesse sentido, tem sua subjetividade. É nesse enfrentamento com uma realidade objetiva, com um imaginário e uma subjetividade coletivos que o sujeito se coloca.

Apesar disso, como podemos notar pela argumentação feita ao longo deste trabalho e pela própria vivência cotidiana neste contexto sociohistórico e cultural, o desenvolvimento do sujeito negro, de sua subjetividade e de sua identidade, é marcado por vivências sistemáticas de discriminação e ofensa em relação a suas características étnicas. Essa experiência, por sua vez, gera uma série de questões identificatórias, a partir das quais o sujeito não pode reconhecer a si próprio de forma serena e não conflituosa, o que permite produzir tanto o sofrimento quanto constrangimento da sua expressão subjetiva. “Ele tem que reconhecer a si próprio como algo negativo e desvalorizado” (SILVA, 2001, p.6). Esses conflitos resultam em sofrimento psicológico intenso, que podem chegar a gerar quadros clínicos como o descrito por Santos (2002, p.123) no artigo “De café e de leite...”. Trata-se de uma menina de 9 anos, de ascendência negra, que se considerava loira. Essa criança era acometida por um intenso sofrimento psíquico, marcado por diferenças hierarquizantes e valorizadas cultural e socialmente em relação à questão racial, em que, segundo a autora, a “loiritude” seria tida pela criança como um “selo de qualidade”. Durante o período em que estivemos, como alunas do curso de graduação em Psicologia, em um hospital psiquiátrico da cidade de Salvador, pudemos observar que a maioria dos internos era negra. Além disso, após a realização de entrevista com alguns pacientes, observamos, nos discursos dos sujeitos entrevistados, diversas menções a situações de violência racial e ao sofrimento que elas lhes geravam. Em alguns casos, as marcas dessa violência chegavam a aparecer como centrais na construção do delírio, como é o caso de um paciente que possui delírios persecutórios em relação a um homem, político da região em que o paciente morava, dizendo que este não gostava dele. O paciente afirmava que queria matar esse homem. Quando questionado sobre o motivo, dizia que mataria para pegar os olhos azuis do seu perseguidor. Ao analisar o desejo de pegar para si os olhos azuis, junto com outros elementos de sofrimento relacionados à sua condição de negro, apresentados durante a entrevista, podemos analisar esse anseio como símbolo de desejo de branquear-se, possivelmente, como possibilidade de saída da posição objetiva e subjetiva de inferioridade na qual o contexto socioeconômico e cultural do Brasil o colocara. Ao analisar esses casos, podemos apontar a importância de perceber quanto a psicologia clínica pode ser uma das alternativas para auxiliar na diminuição do sofrimento, no tratamento dos danos emocionais e morais gerados pela violência racial e na aceitação e afirmação do si-mesmo e da sua identidade étnica. No caso clínico descrito por Santos (2001, p.6) e colocado no início deste parágrafo, o processo terapêutico e o contato interpessoal possibilitaram a alteração da sua auto-imagem da menina, ainda que ela tivesse passado a considerar-se morena clara.

A declaração de Silva⁶ (2002, p.183) chama-nos bastante a atenção para esse fato. “Nem sempre há estrutura interna para reagir frente a essas violações. Por mais absurdas ou grotescas que possam ser as ameaças racistas e por mais que saibamos que, do ponto de vista legal, é crime inafiançável, isso não impede que sucumbamos cotidianamente a esse terror, que, por experiência própria, se sabe que entrará em ação”.

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde, há uma firme associação entre as experiências de racismo e o maior risco de manifestação ou agravamento de problemas mentais (In:

⁶ Silva é psicóloga e psicoterapeuta e coordenadora do Instituto AMMA Pique e Negritude.



SILVA, 2002, p.180). Isso pode ser percebido ainda com mais força quando se observa a situação dos hospitais psiquiátricos brasileiros, nos quais se verifica uma grande maioria de internos negros. Considerando que uma das contribuições que a Psicologia pode oferecer é justamente considerar, pensar e refletir sobre a discriminação, o racismo e a exclusão como algo da ordem do sofrimento, concluímos que é necessário, além do engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial, modificar e reelaborar os sentidos do racismo inscritos na psique, pois, como observa Silva (2001, p.7), “[...] a superação do racismo pressupõe o enfrentamento das dimensões subjetivas que o constituem e o sustentam”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. **Educ. Pesq.**, São Paulo, v.27, n.1, Jan./Jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1517-9702.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, M. A. S. “O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer”. In: **Encontro Nacional dos Direitos Humanos – CFP**, 3, 2002, Brasília.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. Afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-546X

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUSHI, M. e GUARESCHI, N. M. F. (ORGS). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios de uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAMINO, Leôncio; SILVA, Patrícia da & MACHADO, Aline. A psicologia e a luta contra o racismo: temos de que nos orgulhar? In: **Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**, 4, 2002, Brasília.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHNAIDERMAN, Mirian. Língua(s) – linguagem(ns) – identidade(s) – movimento(s): uma abordagem psicanalista. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Ed. Mercado das letras.

COSTA, Jurandir. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.



COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Estud. Afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000100003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-546X.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC, 2000.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Psicologia e racismo – uma autocrítica necessária. In: **Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**, 4, 2002, Brasília.

GONÇALVES, Maria da Graça M. A historicidade da categoria da subjetividade. **Temas em psicologia**, v.6, n.2, p. 135.146, 1998.

MARTINS, M. M. Reflexões sobre o preconceito – em busca de relações mais humanas. **InterAÇÃO**, Curitiba, v.2, p. 9-27, Jan./Dez. 1998.

MOURA, Maria de Jesus. “O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer”. In: **Encontro Nacional dos Direitos Humanos – CFP**, 3, 2002, Brasília.

MUNGANGA, Kabenguele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

MUNGANGA, Kebenguele. Psicologia e racismo – uma autocrítica necessária. In: **Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**, 4, 2002, Brasília.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Psicologia e racismo – uma autocrítica necessária. In: **Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos**, 4, 2002, Brasília.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução a crítica sociológica brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957

REIS FILHO, José Tiago. **Ninguém atravessa o arco-íris**: um estudo sobre os negros. São Paulo: Annablume, 2000.

REX, John. **Raça e etnia**. Lisboa: Estampa, 1987.

SANTOS, R. M. R. dos. De café e de leite... **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In: **Congresso Nacional Psicologia Ciência e Profissão**, 1, 2001, USP/São Paulo.

SILVIA, Maria Lúcia da. “O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer”: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. In: **Encontro Nacional dos Direitos Humanos – CFP**, 3, 2002, Brasília.



SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro.** Brasília: Ed. UNB, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.